



SUMÁRIO EXECUTIVO



Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Ano-base 2025



Maio de 2026

Sumário

O QUE É A RAIS	3
PRINCIPAIS CONCEITOS	3
SOBRE O ESOCIAL	3
FONTE DE DADOS DA RAIS 2025	3
RAIS VÍNCULOS	5
ESTOQUE DE EMPREGADOS.....	5
NATUREZA JURÍDICA.....	5
TIPO DE VÍNCULO.....	6
TRABALHADORES NÃO TÍPICOS.....	6
.....	7
.....	8
GEOGRÁFICO.....	8
.....	9
GRUPAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	9
TAMANHO DO ESTABELECIMENTO.....	10
CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS.....	10
NACIONALIDADE.....	12
REMUNERAÇÃO.....	13
GEOGRÁFICO.....	13
REMUNERAÇÃO POR GRUPAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	14
REMUNERAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS.....	15
REMUNERAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS.....	17
ÍNDICE DE GINI PARA AS REMUNERAÇÕES.....	18
RENDIMENTO MEDIANO.....	18
RAIS ESTABELECIMENTOS.....	19
ESTABELECIMENTOS DECLARANTES.....	19
ESTABELECIMENTOS DECLARANTES POR NÚMERO DE EMPREGADOS.....	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

O que é a RAIS¹

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um cadastro administrativo, instituído pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, e pela Portaria Consolidada MTE nº 1, de 17 de dezembro de 2025, que consolidou as disposições anteriormente tratadas na Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Trata-se de declaração de âmbito nacional, periodicidade anual e obrigatória para todos os estabelecimentos do setor público e privado, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício.

Em virtude da relevância e multiplicidade de informações de interesse social, a RAIS se constituiu em fonte primordial de dados estatísticos para acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil, além de subsidiar o pagamento de benefícios sociais e a formulação de políticas públicas. A RAIS para uso estatístico está organizada em duas bases de dados: a **RAIS Vínculos** e a **RAIS Estabelecimentos**.

Principais conceitos

- **Estoque de empregos formais:** diz respeito ao número de vínculos ativos em 31/12 e representa um retrato do mercado de trabalho.
- **Remuneração:** corresponde à remuneração efetivamente recebida pelo trabalhador no mês, que incide sob o cálculo do FGTS, não considerando o 13º. Na presente análise utiliza-se a remuneração de dezembro do ano base.
- **Estabelecimentos:** a obrigatoriedade de declaração da RAIS é por cada estabelecimento, permitindo análise de suas principais características como: setor de atividade econômica, natureza jurídica e localização geográfica. Desde 1995, os estabelecimentos sem empregados passaram a ser obrigados a enviar a chamada RAIS negativa.
- **Grupamentos de Atividades Econômicas²:** classificação derivada da agregação das Seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Sobre o eSocial

O eSocial foi instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2011, com o objetivo de unificar e simplificar a prestação de informações relativas a trabalhadores e empresas, bem como o cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Fonte de dados da RAIS 2025

De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) nº 1.127, de 14 de outubro de 2019, atualizado pela Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022, a obrigação prevista no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, em conjunto com o Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, passou a ser cumprida por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). A partir do ano-base 2019, as empresas obrigadas ao envio de eventos periódicos (folha de pagamento) ao eSocial tiveram a declaração via RAIS substituída por esse sistema. Considerando o cronograma de implantação do eSocial e os termos da Portaria MTP nº 671/2021, todas as entidades dos Grupos 1, 2, 3 e 4 declararam a RAIS ano-base 2023 diretamente pelo eSocial. Assim, desde a RAIS 2023 os dados utilizados são exclusivamente captados pelo eSocial, e os resultados apresentados a seguir representam a consolidação dessas estatísticas. Mais detalhes sobre a RAIS podem ser encontrados em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho>. Ver nota com as indicações dos que não completaram o envio de informações para a RAIS 2025.

Adicionalmente, a Portaria MTE nº 1/2025 consolidou as normas relativas à integração entre a RAIS e o eSocial. A portaria define que o envio dos eventos de remuneração (S-1200) e de desligamento (S-2299) ao eSocial já constitui, por si só, o cumprimento da obrigação da RAIS para todos os estabelecimentos enquadrados nos Grupos 1, 2, 3 e 4. Estabelece, ainda, que a base de dados da RAIS é alimentada em tempo real a partir dos eventos mensais do eSocial, e que o uso do aplicativo GDRAIS fica restrito a casos residuais de anos-base anteriores ou a órgãos com pendências de transição não concluídas. No que diz respeito à fiscalização, a portaria vincula a penalidade por omissão da RAIS à

¹ Mais informações sobre a RAIS, inclusive o Manual de Declaração, estão disponíveis em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-rais>.

² A metodologia de composição dos grupamentos de atividades econômicas está disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/notas-tecnicas-e-comunicados/1795-comunicado-grupamento-de-atividades>.

inconsistência ou à ausência dos eventos mensais do eSocial, extinguindo a multa isolada por não entrega da declaração anual.

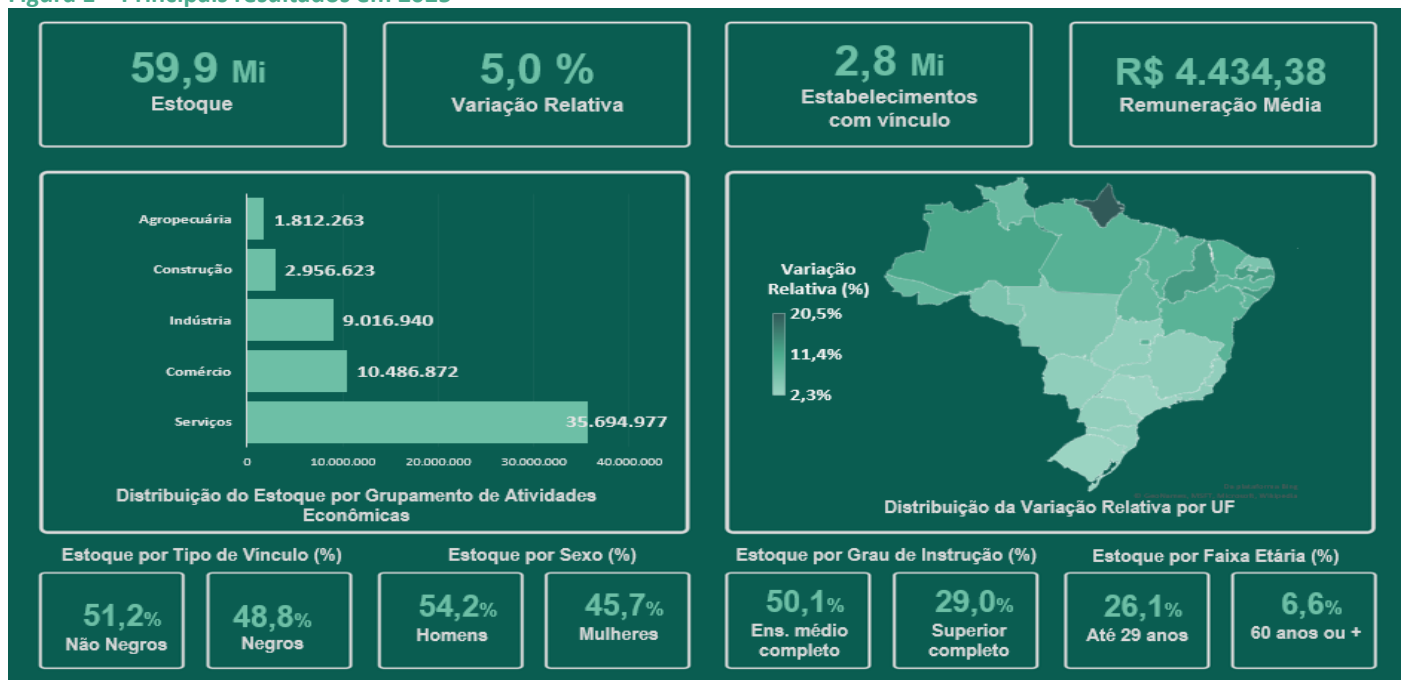
Principais Resultados de 2025

- O número de empregos formais no país em 2025 alcançou 59.970.945 vínculos ativos, em 31/12/2025, revelando um crescimento de 5,0% do número de empregos formalizados, o que corresponde 2.838.789 novos vínculos, em relação a 31/12/2024. Já o número de estabelecimentos com empregados cresceu 2,1% passando de 4,7 milhões para 4,8 milhões.
- Dos vínculos registrados em 2025, o emprego formal nas empresas do setor privado correspondia a 66,8% (40.071.636 vínculos), o setor público que representava 23,6% (14.125.683 vínculos), as organizações sem fins lucrativos 6,6% (3.959.493 vínculos) e os contratos com pessoas físicas e outras organizações 0,6% (374.420).
- Em 2025, ressalta-se que vínculos não típicos entre os celetistas representaram 10,68% do total de vínculos celetistas, demonstrando estabilidade em comparação com o ano anterior (10,75%). A análise desagregada revela que a maior concentração de vínculos não típicos está entre os trabalhadores com jornada de 30 horas ou menos, totalizando 2.908.729 vínculos, assim como nos trabalhadores vinculados a uma pessoa física - CAEPF (1.422.938vínculos).
- O crescimento relativo foi mais intenso nas regiões Nordeste (+10,1%, +1.076.603 vínculos), Norte (+10,1%, +354.753 vínculos) Centro-Oeste (+5,7%, +322.513 vínculos) que registraram variações relativas superiores à média nacional. Já as, Sudeste (+2,9%, +807.240 vínculos) e regiões Sul (+2,9%, +285.514 vínculos) embora tenham apresentado crescimento relativo abaixo da média do país, tiveram aumentos absolutos expressivos. A distribuição do emprego formal permaneceu concentrada na região Sudeste (47,4%), seguida pela região Nordeste (19,5%) e pela região Sul (16,8%).
- As Unidades da Federação (UFs) com maior crescimento relativo do estoque de empregos, em comparação a 2024, foram Amapá (+20,5%, +31.396 vínculos), Piauí (+13,2%, 74.244 vínculos), Alagoas (+13,0%, +81.633 vínculos) e Paraíba (+12,9%, +103.278 vínculos).É importante destacar, na variação absoluta os maiores crescimentos foram São Paulo (+2,3%, +357.493 vínculos), Bahia (+9,7%, +266.035 vínculos), Minas Gerais (+3,7%, +224.876 vínculos) e Ceará (+10,6%, +195.462 vínculos).
- Todos os grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram variação absoluta positiva. O setor de Serviços (+7,2%, +2.411.696 vínculos), seguido pelos setores do Comércio (+1,7%, +172.827 vínculos), Indústria (+1,7%, +153.103 vínculos), Construção Civil (+2,5%, +71.816 vínculos), e a Agropecuária (+1,6%, +29.322 vínculos).
- Nos serviços, a administração pública mostrou crescimento de 15,2% no número de emprego (1.483.555 vínculos) – estando a maior parte desse crescimento concentrada nos municípios (18,2% ou 1.182.629) e nos governos estaduais (10,3% ou 408.018 vínculos). Houve aumentos expressivo na Educação (6,2% ou 212.611 vínculos) e de menor intensidade na saúde humana (4,2% ou 142.598 vínculos).
- O setor de Serviços registrou o maior estoque de empregos do ano (35.694.977 vínculos), seguido pelo setor de Comércio (10.486.872 vínculos), pela Indústria (9.016.940 vínculos), Construção (2.956.623 vínculos) e agropecuária (1.812.263 vínculos).
- No período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, foram gerados 7.812.447 vínculos formais pelas empresas, entes públicos e organizações sem fins lucrativos, 5 milhões de contratos celetistas e 2,6 milhões de contratos para empregos no setor público.

Tipo de Vínculo	Estoque em 01/01/2023	Estoque em 31/12/2025	Varição Absoluta
Celetista	41.120.596	46.127.823	5.007.227
Estatutário	10.055.812	12.656.725	2.600.913
Outros	982.090	1.186.397	204.307
Total	52.158.498	59.970.945	7.812.447

- A remuneração média entre 2024 e 2025 passou de R\$ 4.457,46 para R\$ 4.434,38, relativamente estável (-0,5%), o mesmo ocorrendo com a remuneração mediana, que passou de R\$ 2.750,28 para R\$2.740,56 (- 0,35%).

Figura 1 – Principais resultados em 2025



Fonte: RAIS / MTE.

RAIS Vínculos

Estoque de empregados

Em 2025, o estoque de empregos formais aumentou, atingiu **59.970.945 vínculos ativos**. Em termos absolutos, registrou-se variação absoluta de +2.838.789 vínculos empregatícios, crescimento de 5,0%.

Natureza Jurídica

A maior quantidade de vínculos encontra-se na categoria Entidade Empresa Privada (66,8%), totalizando 40.071.636 vínculos, com uma variação relativa de +2,6% e uma variação absoluta de +1.031.571. O agregado setor público, incluindo as empresas estatais, representava 23,6% (14.125.683 vínculos), as organizações sem fins lucrativos 6,6% (3.959.493 vínculos) e os contratos com pessoas físicas e outras organizações 0,6% (374.420).

Destaca-se as categorias Setor Público Municipal, que registrou um aumento de +18,2% em termos relativos e de +1.182.629 em termos absolutos e Setor Público Estadual (+10,3% ou 403.018 vínculos). Ambas as categorias com aumentos maiores o registrado no Setor Público Federal (7,2% ou 92.246 vínculos).

Por outro lado, houve uma redução de -15.304 vínculos na categoria Setor Pessoa Física e outras Organizações Legais, correspondendo a uma variação relativa de -3,9%.

Tabela 1. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Natureza Jurídica

Natureza Jurídica	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Setor Público Federal	1.155.024	1.273.340	1.365.586	92.246	7,2%
Setor Público Estadual	3.451.849	3.911.654	4.314.672	403.018	10,3%
Setor Público Municipal	6.802.622	6.506.285	7.688.914	1.182.629	18,2%
Setor Público - Outros	26.902	29.085	34.473	5.388	18,5%
Entidade Empresa Estatal	714.766	725.178	722.038	-3.140	-0,4%
Entidade Empresa Privada	37.708.547	39.040.065	40.071.636	1.031.571	2,6%
Entidades sem Fins Lucrativos	3.689.820	3.862.126	3.959.493	97.367	2,5%
Pessoa Física e outras Organizações Legais	410.278	389.724	374.420	-15.304	-3,9%
Total	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%

Fonte: RAIS / MTE.

Tipo de Vínculo

Por tipo de vínculo, verifica-se que os celetistas (46,1 milhões) cresceram 2,6%, com destaque para os celetistas se com contratos a tempo indeterminado, que mostraram crescimento de 2,7% (1,18 milhão).

Entre os estatutários (12,65 milhões) registra-se elevação de 15,2% (1,7 milhão), com ampliação dos estatutários efetivos (de 6,29 milhões para 6,5 milhões) e dos que foram contratados Regime Geral da Previdência Social -RGPS (de 1,47 milhão para 1,51 milhão).

Cabe destacar, às outras formas de emprego formal no setor público que apresentam ampliações mais intensas. O contrato por lei Municipal que entre 2024 e 2025 aumentou o número de empregados neste tipo de contrato de 1,1 milhão para 1,8 milhão, com variação absoluta de +755.408 vínculos o que representa variação relativa de +67,9%. Já o estatutário não efetivo passou, no mesmo período, de 855.349 vínculos para 1,3 milhões de vínculos (variação de +484.544 vínculos ou +56,6%) e, os contratados por lei estadual passaram de 1,2 milhão para 1,39 milhão (variação relativa+14,9% e variação absoluta de +179.942 vínculos).

Quando analisados os outros tipos de vínculos, que representam 1,19 milhão de vínculo, verifica-se retração de -1,1%, com quedas relativas importantes para os diretores de empresas (-37,6%), os trabalhadores avulsos (-26,4%), os trabalhadores com contratos temporários (-7,7%) e trabalhadores com contratos a prazo determinado (-2,4%). Registrou-se ainda aumento dos aprendizes de 10,9%.

Tabela 2. Brasil: Número de Empregos Formais por Tipo de Vínculo

Tipo Vínculo	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Celetista	43.494.488	44.945.374	46.127.823	1.182.449	2,6%
Celetista Prazo Indet.	40.838.088	42.044.091	43.186.118	1.142.027	2,7%
Celetista Prazo Det.	2.656.400	2.901.283	2.941.705	40.422	1,4%
Estatutário	10.710.248	10.986.963	12.656.725	1.669.762	15,2%
Estatutário	5.983.303	6.294.414	6.502.635	208.221	3,3%
Estatutário RGPS	1.449.220	1.473.264	1.513.265	40.001	2,7%
Estatutário não efetivo	1.110.549	855.349	1.339.893	484.544	56,6%
Contrato TMP Determinado	42.404	43.927	45.750	1.823	4,2%
Contrato Lei Municipal	805.380	1.113.283	1.868.691	755.408	67,9%
Contrato Lei Estadual	1.318.243	1.205.654	1.385.596	179.942	14,9%
Outros Estatutários	1.149	1.072	895	-177	-16,5%
Outros	1.111.878	1.199.819	1.186.397	-13.422	-1,1%
Avulso	124.447	151.365	111.467	-39.898	-26,4%
Temporário	244.471	267.840	247.256	-20.584	-7,7%
Aprendiz	547.627	597.033	661.921	64.888	10,9%
Diretor	35.382	38.071	23.759	-14.312	-37,6%
Contrato Prazo Determinado	159.951	145.510	141.994	-3.516	-2,4%
Total	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%

Fonte: RAIS / MTE.

* Realizou-se uma adequação na agregação do tipo de vínculo da RAIS, incluindo as categorias "Contrato Lei Municipal" e "Contrato Lei Estadual" em "Estatutários" e não mais como "Outros". Para mais informações acesse a Nota Técnica disponível [aqui](#).

** Em 2025, o número de Trabalhadores intermitentes foi de 539.703 vínculos, já em 2024 foi de 459.188 vínculos, em 2023 foi de 407.027 vínculos. Estão contidos dentro os Vínculos Celetistas.

Trabalhadores Não típicos

Desde janeiro de 2023 o MTE vem incorporando a distinção entre postos de trabalho celetistas típicos e não típicos nos seus dados divulgados.

Nesta divulgação da RAIS esta separação foi também considerada para os vínculos celetistas. Desta forma foram considerados não típicos os vínculos:

- de trabalho temporário regido pela Lei nº 6.019, de janeiro de 1974;

- intermitentes;
- contratados por CAEPFs ou CEIs não vinculados a empresas;
- trabalhadores com jornada de trabalho de 30 horas ou menos ou registros de trabalho parcial;
- aprendizes.

Em 2025, ressalta-se que vínculos não típicos representaram 10,68% do total de vínculos celetistas, pouco abaixo do valor registrado no ano anterior (10,75%). A análise desagregada revela que a maior concentração de vínculos não típicos está entre os trabalhadores com jornada de 30 horas ou menos, totalizando 2.908.729 vínculos, assim como nos Trabalhadores vinculados a um CAEPF (1.422.938 vínculos).

Tabela 3. Brasil: Trabalhadores Não Típicos

Ano	Qtd Vínculos Não típicos	Temporários	Aprendizes	Parcial	Intermitente	CEI/CAEPF	30 Horas ou menos	Total de Vínculos Celetistas	% de Não típicos
2023	4.770.848	244.471	547.627	428.070	407.027	1.326.432	2.771.682	44.606.366	10,70%
2024	4.960.360	267.840	597.033	445.920	459.188	1.324.108	2.884.956	46.145.193	10,75%
2025	5.052.523	247.256	661.921	386.808	539.703	1.422.938	2.908.729	47.314.220	10,68%

Fonte: RAIS / MTE.

* Em 2025, aproximadamente 70,5% dos vínculos intermitentes não apresentaram horas trabalhadas, e, portanto, não tiveram remuneração. Em 2024 essa parcela era de %66,1 e em 2023, era de 61,8%.

A análise das informações sobre o aumento dos empregos no setor público estadual e municipal, mereceu também algum destaque para contratações atípicas: as contratações por prazo determinado, os designados e os nomeados exclusivamente para cargo em comissão.

Dos 12,6 milhões de agentes públicos, apenas 63% (8 milhões) estão em cargos efetivos. Outros 26% (ou 3.300.037) são servidores públicos contratados por tempo determinado, sujeito a regime administrativo especial definido em lei própria e 11% (1,34 milhão de vínculos) são de servidores em cargos exclusivamente em comissão.

Entre as ocupações em que predominam os empregados contratados a tempo determinado ou exclusivamente em comissão em relação aos empregados públicos em cargo efetivo destacam-se profissionais das áreas educacionais (os professores de alunos com deficiências múltiplas, os professores de nível médio no ensino municipal, os professores de ensino superior na área de orientação educacional, os orientadores educacionais, professores da educação para adultos); Profissionais das áreas administrativas (auxiliares, assistentes administrativos, supervisores) profissionais das áreas de saúde (médicos, enfermeiros), da assistência social. (ver tabela abaixo com as principais ocupações).

Tabela 4. Brasil: Ocupações com predominância em contratos a tempo determinado

CBO	Título	Número de Agentes Públicos	% comissão e tempo determinado/ servidor efetivo
331205	Professor de nível médio no ensino fundamental	1.061.657	111
411010	Assistente administrativo	1.019.223	88
231210	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série)	654.983	44
411005	Auxiliar de escritório	370.013	105
231205	Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira à quarta série)	346.217	56
514225	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	330.570	86
322205	Técnico de enfermagem	321.372	74
232115	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	273.269	46
514320	Faxineiro	246.677	62
223505	Enfermeiro	185.882	64

334110	Inspetor de alunos de escola pública	172.335	79
410105	Supervisor administrativo	161.442	370
331110	Auxiliar de desenvolvimento infantil	161.400	73
517420	Vigia	129.843	82
225125	Médico clínico	117.927	55
782305	Motorista de automóvel	105.186	60
513205	Cozinheiro geral	100.763	49
514325	Trabalhador da manutenção de edificações	87.098	85
251605	Assistente social	76.824	46
514215	Varredor de rua	69.244	45
252105	Administrador	67.592	62

Fonte: RAIS / MTE.

Geográfico

O crescimento relativo foi mais intenso nas regiões Nordeste (+10,1%, +1.076.603 vínculos), Norte (+10,1%, +354.753 vínculos) Centro-Oeste (+5,7%, +322.513 vínculos) que registraram variações relativas superiores à média nacional. Já as, Sudeste (+2,9%, +807.240 vínculos) e regiões Sul (+2,9%, +285.514 vínculos) embora tenham apresentado crescimento relativo abaixo da média do país, tiveram aumentos absolutos expressivos. A distribuição do emprego formal permaneceu concentrada na região Sudeste (47,4%), seguida pela região Nordeste (19,5%) e pela região Sul (16,8%).

Entre as 27 Unidades da Federação, todas apresentaram variação absoluta positiva.

Em valores absolutos destacam-se São Paulo (+2,3%, +357.493 vínculos), Bahia (+9,7%, +266.035 vínculos), Minas Gerais (+3,7%, +224.876 vínculos) e Ceará (+10,6%, +195.462 vínculos).

Já em valores relativos, verificaram-se maiores variações relativas foram Amapá (+20,5%, +31.396 vínculos), Piauí (+13,2%, 74.244 vínculos), Alagoas (+13,0%, +81.633 vínculos) e Paraíba (+12,9%, +103.278 vínculos).

Tabela 5. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Região e UF

Região	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Brasil	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%
Norte	3.408.350	3.514.438	3.869.191	354.753	10,1%
Rondônia	389.151	407.713	432.740	25.027	6,1%
Acre	172.265	177.291	192.323	15.032	8,5%
Amazonas	776.966	793.706	887.843	94.137	11,9%
Roraima	143.519	146.857	158.562	11.705	8,0%
Pará	1.396.509	1.431.632	1.575.756	144.124	10,1%
Amapá	154.513	152.991	184.387	31.396	20,5%
Tocantins	375.427	404.248	437.580	33.332	8,2%
Nordeste	10.388.374	10.609.711	11.686.314	1.076.603	10,1%
Maranhão	948.843	969.147	1.064.538	95.391	9,8%
Piauí	561.359	563.305	637.549	74.244	13,2%
Ceará	1.740.162	1.849.369	2.044.831	195.462	10,6%
Rio Grande do	684.442	698.905	740.730	41.825	6,0%
Paraíba	788.395	803.308	906.586	103.278	12,9%
Pernambuco	1.885.930	1.894.387	2.070.688	176.301	9,3%
Alagoas	622.826	628.753	710.386	81.633	13,0%
Sergipe	455.841	462.586	505.020	42.434	9,2%

Bahia	2.700.576	2.739.951	3.005.986	266.035	9,7%
Sudeste	26.683.038	27.606.512	28.413.752	807.240	2,9%
Minas Gerais	5.760.723	6.031.790	6.256.666	224.876	3,7%
Espírito Santo	1.073.673	1.089.492	1.127.414	37.922	3,5%
Rio de Janeiro	4.546.748	4.684.333	4.871.282	186.949	4,0%
São Paulo	15.301.894	15.800.897	16.158.390	357.493	2,3%
Sul	9.506.558	9.768.621	10.054.135	285.514	2,9%
Paraná	3.578.069	3.679.776	3.806.237	126.461	3,4%
Santa Catarina	2.730.344	2.837.940	2.920.910	82.970	2,9%
Rio Grande do	3.198.145	3.250.905	3.326.988	76.083	2,3%
Centro-Oeste	5.329.585	5.621.975	5.944.488	322.513	5,7%
Mato Grosso do	817.696	821.859	851.193	29.334	3,6%
Mato Grosso	1.129.867	1.194.886	1.255.349	60.463	5,1%
Goiás	1.855.072	1.919.968	1.986.268	66.300	3,5%
Distrito Federal	1.526.950	1.685.262	1.851.678	166.416	9,9%

Fonte: RAIS / MTE.

Grupamento de Atividades Econômicas

Em 2025, o maior aumento foi observado no setor de Serviços, com +2.411.696 vínculos (+7,2%), especialmente nos setores de Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais com +1.838.766 vínculos (+11,1%).

Em termos relativos, os grandes grupamentos de atividades econômicas com maior crescimento percentual em relação ao ano anterior foram O setor de Serviços (+7,2%, +2.411.696 vínculos), seguido pelos setores da Construção Civil (+2,5%, +71.816 vínculos), Comércio (+1,7%, +172.827 vínculos), Indústria (+1,7%, +153.103 vínculos), e a Agropecuária (+1,6%, +29.322 vínculos).

Tabela 6. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Total	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.769.926	1.782.941	1.812.263	29.322	1,6%
Indústria geral	8.567.521	8.863.837	9.016.940	153.103	1,7%
Indústrias Extrativas	269.210	280.071	290.035	9.964	3,6%
Indústrias de Transformação	7.750.880	8.026.257	8.142.053	115.796	1,4%
Eletricidade e Gás	133.124	136.383	142.025	5.642	4,1%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	414.307	421.126	442.827	21.701	5,2%
Construção	2.804.565	2.884.807	2.956.623	71.816	2,5%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10.090.434	10.314.045	10.486.872	172.827	1,7%
Serviços	32.084.085	33.283.281	35.694.977	2.411.696	7,2%
Transporte, armazenagem e correio	2.665.870	2.778.873	2.878.358	99.485	3,6%
Alojamento e alimentação	2.092.597	2.152.319	2.227.313	74.994	3,5%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9.727.524	10.187.072	10.550.527	363.455	3,6%
Informação e Comunicação	1.184.064	1.215.024	1.245.443	30.419	2,5%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	1.067.247	1.086.000	1.096.663	10.663	1,0%

Atividades Imobiliárias	198.732	199.030	203.045	4.015	2,0%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1.547.536	1.625.044	1.711.235	86.191	5,3%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	5.729.945	6.061.974	6.294.141	232.167	3,8%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16.095.786	16.593.097	18.431.863	1.838.766	11,1%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	9.659.661	9.778.709	11.262.266	1.483.557	15,2%
Educação	3.221.739	3.440.301	3.652.912	212.611	6,2%
Saúde Humana e Serviços Sociais	3.214.386	3.374.087	3.516.685	142.598	4,2%
Outros serviços	1.501.383	1.571.040	1.606.045	35.005	2,2%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	303.813	331.570	364.374	32.804	9,9%
Outras Atividades de Serviços	1.193.150	1.235.021	1.237.344	2.323	0,2%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	4.420	4.449	4.327	-122	-2,7%

Fonte: RAIS / MTE.

Tamanho do Estabelecimento

Em 2025, a distribuição de vínculos por tamanho de estabelecimento manteve um padrão semelhante aos anos anteriores. O maior crescimento absoluto entre 2024 e 2025 foi registrado na faixa de 1.000 ou mais empregados, com um aumento de +1.780.123 vínculos (+11,3%). A faixa de 250 a 499 empregados também apresentou uma expansão significativa, com um acréscimo de +199.059 vínculos (+4,3%), bem como a faixa de 500 a 999 empregados com aumento de +196.933 vínculos (+4,3%) em relação a 2024.

Tabela 7. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Tamanho do Estabelecimento

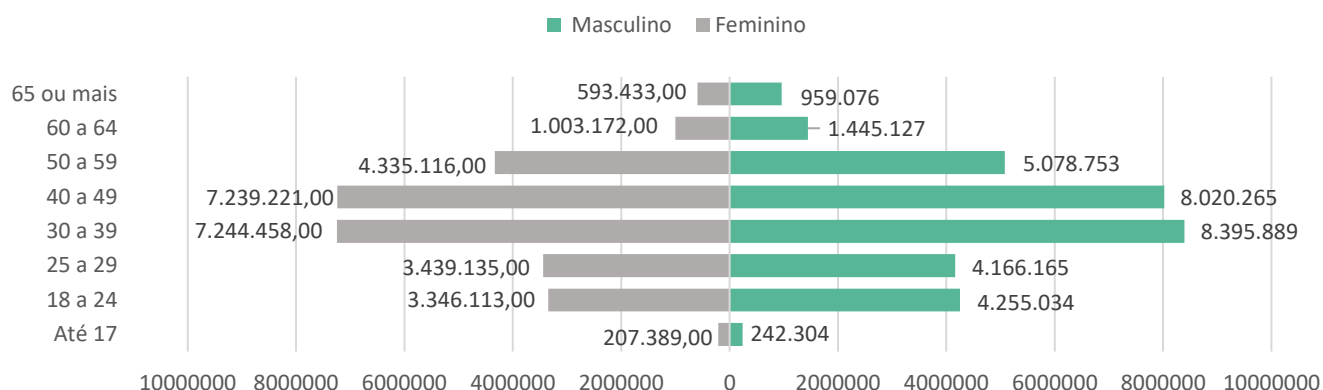
Tamanho do Estabelecimento	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
De 1 a 4 empregados	4.696.786	4.769.575	4.849.374	79.799	1,7%
De 5 a 9 empregados	4.495.831	4.525.546	4.563.286	37.740	0,8%
De 10 a 19 empregados	5.237.048	5.346.419	5.411.426	65.007	1,2%
De 20 a 49 empregados	6.552.678	6.722.602	6.892.890	170.288	2,5%
De 50 a 99 empregados	4.664.931	4.840.319	5.011.863	171.544	3,5%
De 100 a 249 empregados	5.709.106	5.929.308	6.067.604	138.296	2,3%
De 250 a 499 empregados	4.533.166	4.623.750	4.822.809	199.059	4,3%
De 500 a 999 empregados	4.509.753	4.602.140	4.799.073	196.933	4,3%
1000 ou mais empregados	14.917.315	15.772.497	17.552.620	1.780.123	11,3%
Total	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%

Fonte: RAIS / MTE.

Características Individuais

Em 2025, a variação relativa do estoque de vínculos foi maior para mulheres (+6,4%, +1.647.930 vínculos) do que para homens (+3,8%, +1.190.859 vínculos).

Número de Empregos Formais por Sexo e Faixa Etária



Fonte: RAIS / MTE. * Não foram considerados valores com classificação não identificada.

Em relação à faixa etária, o maior crescimento absoluto foi registrado na faixa de 40 a 49 anos, com +859.030 vínculos e uma variação relativa de +6,0%. As faixas de 50 a 59 anos e de 30 a 39 anos também apresentaram aumentos significativos, com variações absolutas de +665.865 vínculos (+7,6%) e +440.674 vínculos (+2,9%), respectivamente.

Ressalta-se que Jovens de até 29 anos representaram 26,1% do total de vínculos ativos em 2025, totalizando 15.656.140 vínculos. Por outro lado, as faixas etárias de 30 a 59 anos representam 67,2% dos vínculos ativos (40.313.702 vínculos).

Quanto ao grau de instrução, houve crescimento relativo nas categorias Médio completo (+4,9%, +1.402.646 vínculos), superior completo (+7,5%, +1.207.368 vínculos), médio incompleto (+2,9%, +84.612 vínculos) e Superior Incompleto (+4,2%, +73.556 vínculos).

No que se refere à raça e etnia, destaca-se o aumento de +2.339.518 vínculos (+9,8%) para pessoas Pardas, +775.174 vínculos (+3,0%) para pessoas Brancas, e +393.591 vínculos (+9,6%) para pessoas Pretas.

Em termos relativos, a categoria Indígena apresentou um aumento significativo de +10,3% (+19.758 vínculos) em seu estoque de vínculos formais, em comparação com 2024. As categorias Parda e Preta também registraram crescimentos relativos de +9,8% e +9,6%, respectivamente.

Em 2025, foram registrados 759.016 vínculos relacionados aos trabalhadores com deficiência e um aumento de (+2,4%, +18.038 vínculos) em relação a 2024. Dentre estes, o maior crescimento na variação relativa foi na categoria Intelectual (mental), que aumentou +12,0% (+10.330 vínculos) em relação ao ano anterior. As categorias Visual e Auditiva apresentaram aumentos de +2,6% (+3.443 vínculos) e de +2,6% (+3.228 vínculos), respectivamente. Cabe destacar que os Reabilitados arrefeceram - 3,4% (-2.171 vínculos).

Tabela 8. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Características Individuais

Características Individuais	2023	2024	2025	Varição Absoluta	Varição Relativa
Total	55.316.614	57.132.156	59.970.945	2.838.789	5,0%
Sexo					
Homem	30.615.645	31.371.912	32.562.771	1.190.859	3,8%
Mulher	24.700.969	25.760.244	27.408.174	1.647.930	6,4%
Faixa Etária					
Até 17	350.642	403.550	449.693	46.143	11,4%
18 a 24	7.261.654	7.445.349	7.601.147	155.798	2,1%
25 a 29	7.299.622	7.415.788	7.605.300	189.512	2,6%
30 a 39	15.090.576	15.199.673	15.640.347	440.674	2,9%
40 a 49	13.899.340	14.400.456	15.259.486	859.030	6,0%
50 a 59	8.270.726	8.748.004	9.413.869	665.865	7,6%

60 a 64	1.967.605	2.181.976	2.448.299	266.323	12,2%
65 ou mais	1.176.161	1.337.131	1.552.509	215.378	16,1%
Grau de Instrução					
Até Fundamental Incompleto	4.075.617	4.026.905	4.067.192	40.287	1,0%
Fundamental Completo	3.537.761	3.523.492	3.553.812	30.320	0,9%
Médio Incompleto	2.854.804	2.945.075	3.029.687	84.612	2,9%
Médio Completo	27.569.737	28.695.061	30.097.707	1.402.646	4,9%
Superior Incompleto	1.695.622	1.740.335	1.813.891	73.556	4,2%
Superior Completo	15.583.073	16.201.288	17.408.656	1.207.368	7,5%
Raça ou Cor (Apenas Celetistas) *					
Indígena	171.894	191.620	211.378	19.758	10,3%
Branca	24.354.521	25.728.984	26.504.158	775.174	3,0%
Preta	3.555.689	4.095.273	4.488.864	393.591	9,6%
Amarela	579.404	576.127	594.670	18.543	3,2%
Parda	21.064.718	23.878.845	26.218.363	2.339.518	9,8%
Não informado	5.590.388	2.661.307	1.953.512	-707.795	-26,6%
Tipo de Deficiência					
Total (Pessoas com Deficiência)	716.048	740.978	759.016	18.038	2,4%
Física	297.645	305.142	308.258	3.116	1,0%
Auditiva	119.346	123.805	127.033	3.228	2,6%
Visual	129.062	133.742	137.185	3.443	2,6%
Intelectual (mental)	76.171	86.221	96.551	10.330	12,0%
Múltipla	26.628	27.580	27.672	92	0,3%
Reabilitado	67.196	64.488	62.317	-2.171	-3,4%

Fonte: RAIS / MTE.

Nacionalidade

Em relação à nacionalidade, observou-se um aumento significativo no número de vínculos de trabalhadores Venezuelanos (+35.715 vínculos, +20,9%) e cubanos (+16.534 vínculos, +110,3%). Em Termos relativos, é importante ressaltar o aumento dos Coreanos (+101,1%) ou +4.085 vínculos na força de trabalho formal em 2025.

Tabela 9. Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Nacionalidades estrangeiras (20+)

Nacionalidade	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Venezuelano	124.615	170.745	206.460	35.715	20,9%
Haitiano	43.665	45.808	52.391	6.583	14,4%
Argentina	12.084	16.062	19.879	3.817	23,8%
Paraguaia	13.575	15.590	17.303	1.713	11,0%
Cubano	8.587	14.994	31.528	16.534	110,3%
Boliviana	6.837	7.659	8.940	1.281	16,7%
Peruano	5.938	6.427	6.737	310	4,8%
Angolano	4.366	6.263	8.153	1.890	30,2%
Outras Asiáticas	5.355	6.079	7.727	1.648	27,1%
Portuguesa	5.950	5.997	6.149	152	2,5%
Colombiano	4.814	5.512	6.180	668	12,1%

Uruguaia	4.892	5.164	5.448	284	5,5%
Chinesa	4.103	5.084	6.166	1.082	21,3%
Outros Africanos	3.773	4.654	5.868	1.214	26,1%
Japonesa	3.909	4.199	4.580	381	9,1%
Coreano	2.034	4.040	8.125	4.085	101,1%
Chilena	3.229	3.233	3.263	30	0,9%
Outros	2.858	3.216	3.524	308	9,6%
Outros Europeus	2.534	2.747	3.493	746	27,2%
Norte-Americana	2.143	2.324	2.473	149	6,4%

Remuneração

Em 2025 a remuneração média atingiu R\$ 4.434,38. Em relação a 2024, a remuneração média real arrefeceu R\$ -23,08 equivalente a -0,5%.

Tabela 10. Brasil: Remuneração Média – R\$

2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
4.401,39	4.457,46	4.434,38	-23,08	-0,5%

Fonte: RAIS / MTE.

Obs.: Deflacionado pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Nota-se por meio da Tabela 10, que ocorreu aumento de +R\$ 49,31 (+1,1%) na remuneração relacionada aos vínculos cuja faixa de horas contratuais era de 21 a 30 horas. Importante frisar que as demais faixas ocorreram reduções nas remunerações, as mais expressivas foram a faixa até 12 horas (-R\$ 272,58,10 -6,1%) e a faixa de 31 a 40 horas (-R\$ 110,80 -1,6%).

Tabela 11. Brasil: Remuneração Média – R\$ por Faixa de Horas Contratuais Semanais

Faixa de Horas Contratuais Semanais	Ano			Variação	
	2023	2024	2025	Absoluta	Relativa (%)
Até 12 horas	4.239,39	4.462,67	4.190,10	-272,58	-6,1%
13 a 15 horas	3.423,49	3.501,92	3.474,63	-27,29	-0,8%
16 a 20 horas	3.163,94	3.051,63	2.991,86	-59,77	-2,0%
21 a 30 horas	4.443,16	4.454,60	4.503,91	49,31	1,1%
31 a 40 horas	6.712,01	6.852,79	6.741,99	-110,80	-1,6%
41 a 44 horas	3.333,93	3.374,52	3.362,45	-12,06	-0,4%

Fonte: RAIS / MTE.

Obs.: Deflacionado pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Geográfico

Do ponto de vista territorial, houve apenas aumento da remuneração média na região do Nordeste (+0,8%, alcançando R\$ 3.665,51), contudo, abaixo da média do Brasil. Em 2025, as Unidades da Federação com maior remuneração média foram o Distrito Federal (R\$ 7.361,21), apesar de uma redução de R\$ 77,40 em relação a 2024; Amapá (R\$ 5.220,92) destaca-se o aumento da variação absoluta de R\$ 1.126,24, Roraima (R\$ 5.044,54) e São Paulo (R\$ 5.003,93). Por outro lado, as Unidades da Federação com menor remuneração média foram Ceará (R\$ 3.565,68) apesar de obter a maior média real do Nordeste de R\$ 190,75, Alagoas (R\$ 3.572,83) com ganho de R\$ 111,44, Rio Grande do Norte (R\$ 3.603,99) com perda da média real em -R\$ 73,79 e Paraíba (R\$ 3.604,15) que por sua vez, aumento em R\$ 54,63.

Considerando a variação relativa em 2025, o Amapá apresentou a maior variação (+27,5%, alcançando R\$ 5.220,92). Em contraste, Rondônia registrou a maior queda relativa (-9,5%, ficando em R\$ 3.850,69) com perda da remuneração média real R\$ 404,76.

Tabela 12. Brasil: Remuneração média segundo Região e UF – R\$

Região/UF	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa
Brasil	4.401,39	4.457,46	4.434,38	-23,08	-0,5%
Norte	4.024,28	4.215,83	4.158,17	-57,65	-1,4%
Rondônia	3.815,23	4.255,45	3.850,69	-404,76	-9,5%
Acre	4.193,73	4.134,00	4.232,00	97,99	2,4%
Amazonas	4.250,07	4.412,54	4.227,67	-184,87	-4,2%
Roraima	4.001,92	4.923,51	5.044,54	121,03	2,5%
Pará	3.906,18	4.078,92	3.970,33	-108,59	-2,7%
Amapá	3.937,36	4.094,68	5.220,92	1.126,24	27,5%
Tocantins	4.161,10	4.063,62	4.221,58	157,97	3,9%
Nordeste	3.575,62	3.637,58	3.665,51	27,93	0,8%
Maranhão	3.736,02	3.789,08	3.851,62	62,53	1,7%
Piauí	3.578,41	3.714,15	3.691,09	-23,06	-0,6%
Ceará	3.232,75	3.374,93	3.565,68	190,75	5,7%
Rio Grande do	3.635,06	3.677,78	3.603,99	-73,79	-2,0%
Paraíba	3.418,00	3.549,52	3.604,15	54,63	1,5%
Pernambuco	3.590,87	3.730,74	3.721,56	-9,18	-0,2%
Alagoas	3.403,58	3.461,39	3.572,83	111,44	3,2%
Sergipe	3.732,69	3.832,70	3.855,67	22,97	0,6%
Bahia	3.773,68	3.695,63	3.647,44	-48,18	-1,3%
Sudeste	4.659,39	4.678,75	4.670,01	-8,73	-0,2%
Minas Gerais	3.733,08	3.858,23	3.858,11	-0,12	0,0%
Espírito Santo	3.729,45	3.792,17	3.837,24	45,07	1,2%
Rio de Janeiro	4.929,39	4.920,64	4.758,82	-161,82	-3,3%
São Paulo	4.990,59	4.981,06	5.003,93	22,86	0,5%
Sul	4.313,72	4.390,39	4.420,66	30,27	0,7%
Paraná	4.230,18	4.286,04	4.301,03	14,99	0,3%
Santa Catarina	4.350,00	4.426,94	4.480,53	53,59	1,2%
Rio Grande do Sul	4.376,85	4.477,57	4.506,26	28,69	0,6%
Centro-Oeste	5.082,50	5.162,03	5.023,00	-139,03	-2,7%
Mato Grosso do	4.287,83	4.300,14	4.339,57	39,43	0,9%
Mato Grosso	4.286,18	4.583,36	4.539,10	-44,26	-1,0%
Goiás	4.028,37	4.083,81	4.078,08	-5,74	-0,1%
Distrito Federal	7.491,99	7.438,61	7.361,21	-77,40	-1,0%

Fonte: RAIS / MTE.

Obs.: Deflacionado pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Remuneração por Grupamento de Atividades Econômicas

Em relação a 2025, observou-se um aumento na remuneração média em 2 (duas) dos cinco Grandes Grupamentos de Atividades Econômicas. O maior crescimento ocorreu na Agricultura (+R\$ 81,13 ou +2,7%) e a Construção (+R\$ 20,19 ou +0,6%). Por outro lado, os setores de Serviços ocorreram quedas (-R\$ 43,80 ou -0,86%), Indústria (-R\$ 41,66 ou -0,9%) e o Comércio (-R\$ 16,05 ou -0,5%).

Dentro da Indústria, cabe ressaltar que ocorreram perdas da remuneração média real nos setores da indústria de

Eletricidade e Gás (-R\$ 522,81 ou -5,3%) e Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (-R\$ 237,26 ou -4,9%). No Serviços, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (-R\$ 251,93 ou -3,5%) e Saúde Humana e Serviços Sociais (-R\$ 117,77 ou -2,8%).

Tabela 13. Brasil: Remuneração segundo grupamento de atividades econômicas e Seção CNAE 2.0 – R\$

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Total	4.401,39	4.457,46	4.434,38	-23,08	-0,5%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.902,62	2.999,92	3.081,05	81,13	2,7%
Indústria geral	4.553,31	4.559,97	4.518,31	-41,66	-0,9%
Indústrias Extrativas	9.761,83	9.084,01	9.038,53	-45,48	-0,5%
Indústrias de Transformação	4.252,34	4.294,55	4.264,58	-29,96	-0,7%
Eletricidade e Gás	10.407,18	9.816,27	9.293,47	-522,81	-5,3%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	4.811,53	4.810,75	4.573,49	-237,26	-4,9%
Construção	3.359,73	3.430,70	3.450,90	20,19	0,6%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3.049,72	3.079,80	3.063,75	-16,05	-0,5%
Serviços	4.994,42	5.067,92	5.024,12	-43,80	-0,86%
Transporte, armazenagem e correio	4.040,41	4.100,90	4.057,18	-43,72	-1,1%
Alojamento e alimentação	2.353,71	2.414,23	2.434,50	20,27	0,8%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.583,88	4.591,18	4.582,62	-8,56	-0,2%
Informação e Comunicação	7.008,33	7.144,61	7.159,61	15,00	0,2%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	9.792,95	9.840,58	9.791,49	-49,08	-0,5%
Atividades Imobiliárias	3.425,96	3.456,16	3.479,15	23,00	0,7%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	5.013,61	5.008,11	5.062,66	54,55	1,1%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	2.935,20	2.956,41	2.944,24	-12,17	-0,4%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	5.966,40	6.128,44	6.028,68	-99,76	-1,6%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	6.808,66	7.204,71	6.952,79	-251,93	-3,5%
Educação	5.618,65	5.496,24	5.698,10	201,86	3,7%
Saúde Humana e Serviços Sociais	4.114,52	4.140,05	4.022,28	-117,77	-2,8%
Outros serviços	3.355,70	3.395,35	3.410,30	14,95	0,4%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	3.054,57	3.084,10	3.106,03	21,94	0,7%
Outras Atividades de Serviços	3.412,33	3.456,74	3.476,11	19,37	0,6%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	9.503,01	10.445,47	10.724,49	279,02	2,7%

Fonte: RAIS / MTE. Obs.: Deflacionado pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Remuneração por Características dos contratos

O rendimento médio dos celetistas com contrato a tempo indeterminado passou de R\$ 4.028,89 para R\$ 4.009,37 (-0,5%) enquanto a remuneração média dos servidores públicos com cargo efetivo, aumentou 3,8%, passando de R\$8.444,81 para R\$8.766,32

Em relação aos celetistas, houve crescimento na remuneração média dos celetistas com contrato a tempo determinado (3%), que passou de R\$2.437,29 para R\$2.509,82; dos contratados temporários Lei 6019 (1,9%), que passou de R\$3.241,54 para R\$3.303,81 e a dos aprendizes (2,7%), que passou de R\$921,96 para R\$947,12.

Merece atenção o valor de remuneração dos empregados do setor público. Enquanto os servidores públicos em cargos efetivos tiveram aumento da remuneração média de 3,8% (passando de R\$ 8.444,81 para R\$ 8.766,32) houve decréscimo de 4,8% para os servidores públicos contratados por tempo determinado, em regimes especiais e legislação específica (de R\$ 3.724,17 para R\$3.546,78) e de -8,4% para os servidores em cargos exclusivos de comissão (R\$5.653,35 para R\$ 5.180,33).

Chama a atenção a diferença de rendimentos nas ocupações em que há maior parcela de servidores contratados por tempo determinado e em cargos exclusivos por comissão em relação aos servidores públicos efetivos. Em 2025, nas ocupações mais importantes em termos numéricos, o rendimento médio dos trabalhadores com contrato a tempo determinado é da ordem de 50%. Podendo ser menor como é o caso dos assistentes administrativos (recebem 29% do que recebem os servidores efetivos ou dos professores do ensino superior (32%), ou mais próximos, como é o caso dos professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série) que recebiam 71% do que recebiam os servidores efetivos ou dos médicos clínicos que receberam 88%.

Tabela 14. Brasil: Diferença de rendimentos de ocupações por tipo de contrato

CBO	Título	Total	Servidor público titular de cargo efetivo, magistrado, Tribunais de Contas e Ministério Público	Servidor público ocupante de cargo exclusivo em comissão	Servidor público contrato por tempo determinado, regime admin. especial, definido em lei própria
331205	Professor de nível médio no ensino fundamental	5.932,92	7.056,19	4.211,04	4.356,51
411010	Assistente administrativo	4.264,64	8.523,29	4.613,60	2.478,60
231210	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)	6.236,09	7.049,26	4.189,06	5.038,29
411005	Auxiliar de escritório	2.772,20	4.912,24	3.653,17	3.367,70
231205	Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira à quarta série)	6.047,07	7.720,19	2.999,07	3.938,23
514225	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	2.309,39	3.068,37	2.133,47	1.828,73
322205	Técnico de enfermagem	3.944,75	5.199,57	3.415,81	3.529,83
232115	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	7.295,55	8.367,48	4.184,58	5.180,25
514320	Faxineiro	1.965,47	2.923,96	1.841,34	1.847,77
515105	Agente comunitário de saúde	4.417,08	4.882,30	3.516,34	3.433,97
331105	Professor de nível médio na educação infantil	5.496,35	7.205,68	3.492,46	3.779,31
223505	Enfermeiro	6.953,77	9.177,96	5.027,11	5.391,91
334110	Inspetor de alunos de escola pública	3.209,27	4.268,54	2.990,00	2.071,21
410105	Supervisor administrativo	5.426,40	6.603,95	4.406,65	3.418,00
331110	Auxiliar de desenvolvimento infantil	2.537,45	3.780,44	2.017,10	1.946,66
231105	Professor de nível superior na educação infantil (quatro a seis anos)	5.310,61	7.093,90	4.673,62	3.767,71
517420	Vigia	2.535,36	3.301,37	1.964,81	1.870,16
234505	Professor de ensino superior na área de didática	15.134,52	20.511,68	8.583,22	6.697,36
225125	Médico clínico	14.243,40	14.550,99	12.357,17	12.850,29
782305	Motorista de carro de passeio	3.340,49	4.619,58	3.624,88	2.482,49

322230	Auxiliar de enfermagem	4.162,08	5.083,32	2.747,30	3.279,43
--------	------------------------	----------	----------	----------	----------

Fonte: RAIS / MTE.

Remuneração por Características Individuais

Do ponto de vista de sexo, houve relativa estabilidade do rendimento médio para mulheres, variação de -0,5% (-R\$ 19,75), e para homens, variação de -0,4% (-R\$ 18,42). No entanto, é importante destacar que a remuneração das mulheres (R\$ 4.128,13) ainda permaneceu 12,0% inferior à dos homens (R\$ 4.691,27), com uma diferença de R\$ 563,14.

Em termos de grau de instrução, houve diminuição da remuneração média em quase todas as categorias, com destaque para o Superior Incompleto (-2,2%, ou -R\$ 83,04), Superior Completo (-0,9%, ou -R\$ 77,15) e Médio Completo (-1,3%, ou -R\$ 40,57).

Analisando a raça ou cor, destacam-se com aumentos positivos as categorias Amarela (+1,7%, ou +R\$ 97,87) e estabilidade para a Branca (+0,4%, ou +R\$ 22,60). Em contrapartida, as categorias, Preta (-1,5%, ou -R\$ 52,84), Parda (-1,3%, ou -R\$ 48,65) e indígena (-1,2%, ou -R\$ 47,51) registrou redução na remuneração.

Além disso, entre os trabalhadores com deficiência, as maiores elevações na remuneração média ocorreram entre as categorias Reabilitados (+4,6%, ou +R\$ 248,04), Deficiência Intelectual (mental) (+4,7%, ou +R\$ 143,45), em comparação com o ano anterior. É importante mostrar que a categoria Deficiência Múltipla arrefeceu com os seguintes valores (-3,9%, ou -R\$ 168,77).

Tabela 15. Brasil: Remuneração segundo Características Individuais – R\$

Características Individuais	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Total	4.401,39	4.457,46	4.434,38	-23,08	-0,5%
Sexo					
Homens	4.627,58	4.709,69	4.691,27	-18,42	-0,4%
Mulheres	4.120,80	4.147,88	4.128,13	-19,75	-0,5%
Grau de Instrução					
Até Fundamental Incompleto	2.719,42	2.787,66	2.790,57	2,90	0,1%
Fundamental Completo	2.859,16	2.933,45	2.919,40	-14,04	-0,5%
Médio Incompleto	2.488,62	2.510,69	2.480,42	-30,27	-1,2%
Médio Completo	2.986,39	3.036,24	2.995,67	-40,57	-1,3%
Superior Incompleto	3.797,74	3.845,86	3.762,82	-83,04	-2,2%
Superior Completo	8.186,43	8.249,50	8.172,35	-77,15	-0,9%
Raça ou Cor					
Indígena	3.861,27	4.007,65	3.960,14	-47,51	-1,2%
Branca	5.313,72	5.302,87	5.325,47	22,60	0,4%
Preta	3.718,13	3.640,81	3.587,97	-52,84	-1,5%
Amarela	5.623,90	5.865,50	5.963,37	97,87	1,7%
Parda	3.681,36	3.658,39	3.609,74	-48,65	-1,3%
Tipo de Deficiência					
Física	5.007,25	5.148,20	5.159,82	11,61	0,2%
Auditiva	4.333,82	4.416,09	4.384,25	-31,84	-0,7%
Visual	5.099,69	5.196,20	5.206,64	10,44	0,2%
Intelectual (mental)	2.942,18	3.051,76	3.195,21	143,45	4,7%
Múltipla	4.266,98	4.301,45	4.132,68	-168,77	-3,9%
Reabilitado	6.262,41	5.359,10	5.607,14	248,04	4,6%

Fonte: RAIS / MTE.

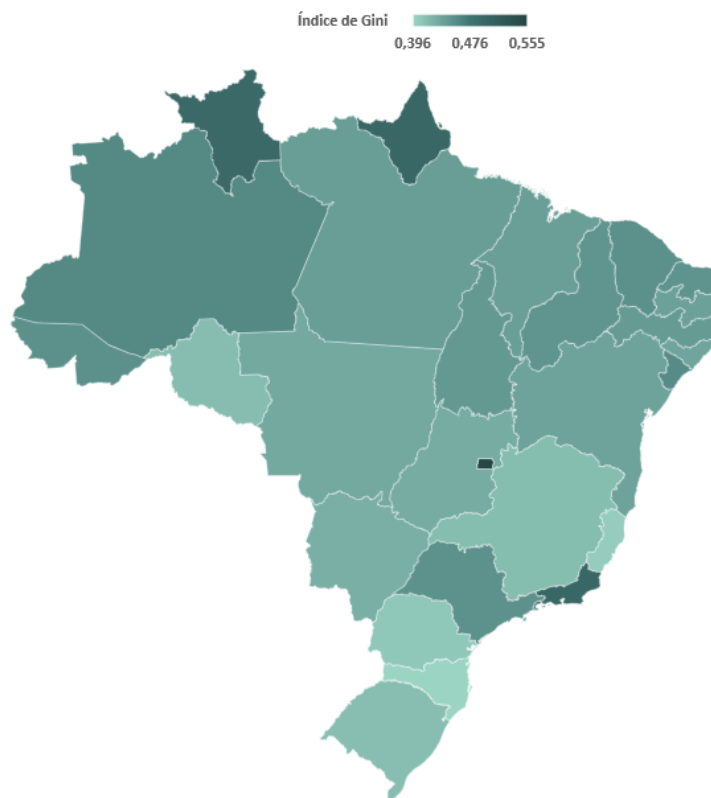
Obs.: Deflacionado pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Índice de Gini para as remunerações

O Índice de Gini da RAIS 2025 foi de 0,4502 representando estabilidade relativa -0,02% (ou aproximadamente 0,001 pontos) em relação ao ano 2024(0,4503). o que indica estabilidade na desigualdade salarial que caracteriza o emprego no Brasil. O índice para os homens foi de 0,4565, enquanto para as mulheres foi de 0,4396.

Tabela 16. Brasil: Índice de Gini da RAIS

UF	Índice de Gini
Acre	0,452
Alagoas	0,435
Amapá	0,498
Amazonas	0,458
Bahia	0,436
Ceará	0,452
Distrito Federal	0,555
Espírito Santo	0,402
Goiás	0,429
Maranhão	0,440
Mato Grosso	0,432
Mato Grosso do Sul	0,426
Minas Gerais	0,415
Pará	0,441
Paraíba	0,438
Paraná	0,407
Pernambuco	0,444
Piauí	0,448
Rio de Janeiro	0,498
Rio Grande do Norte	0,449
Rio Grande do Sul	0,414
Rondônia	0,415
Roraima	0,495
Santa Catarina	0,396
São Paulo	0,450
Sergipe	0,456
Tocantins	0,445



Entre as 27 Unidades da Federação, 18 registraram um Índice de Gini abaixo da média nacional, com destaque para o Santa Catarina (0,396), Espírito Santo (0,402) e Paraná (0,407). Por outro lado, 9 Unidades da Federação que apresentaram um Índice de Gini acima da média geral, principalmente o Distrito Federal (0,555), Rio de Janeiro (0,498) e o Amapá (0,498).

Rendimento Mediano

A remuneração mediana em dezembro de 2025 foi de R\$ 2.740,56. Em relação ao sexo, observa-se que a remuneração mediana das mulheres (R\$ 2.549,07) representa 88,2% da remuneração mediana dos homens (R\$ 2.891,21), com uma diferença absoluta de R\$ 342,14 (+11,8%).

Do ponto de vista geográfico, as três Unidades da Federação com maior remuneração mediana foram Distrito Federal (R\$ 3.350,00), Santa Catarina (R\$ 3.095,00), e São Paulo (R\$ 3.067,89). Em contrapartida, as menores remunerações medianas foram registradas no Ceará (R\$ 2.038,92), Rio Grande do Norte (R\$ 2.103,18) e Paraíba (R\$ 2.131,97).

Tabela 17. Brasil: Remuneração Mediana em dezembro de 2025 por UF e Sexo

Unidade Federativa	Homens	Mulheres	Razão M/H Remuneração Mediana	Total
Rondônia	2.632,94	2.350,24	89,3%	2.500,00
Acre	2.411,72	2.813,88	116,7%	2.521,60
Amazonas	2.638,48	2.575,92	97,6%	2.613,59
Roraima	2.628,04	3.050,00	116,1%	2.787,81
Pará	2.459,16	2.335,08	95,0%	2.416,67
Amapá	2.612,84	2.901,32	111,0%	2.716,93
Tocantins	2.745,52	2.500,00	91,1%	2.652,36
Maranhão	2.296,71	2.280,24	99,3%	2.293,02
Piauí	2.133,14	2.168,66	101,7%	2.147,93
Ceará	2.081,33	1.986,62	95,4%	2.038,92
Rio Grande do Norte	2.135,00	2.049,11	96,0%	2.103,18
Paraíba	2.155,40	2.118,00	98,3%	2.131,97
Pernambuco	2.244,48	2.159,50	96,2%	2.209,47
Alagoas	2.201,10	2.105,13	95,6%	2.174,04
Sergipe	2.206,16	2.198,21	99,6%	2.203,32
Bahia	2.265,51	2.099,90	92,7%	2.199,41
Minas Gerais	2.787,70	2.303,06	82,6%	2.563,54
Espírito Santo	2.809,13	2.406,98	85,7%	2.633,93
Rio de Janeiro	2.734,60	2.343,92	85,7%	2.566,80
São Paulo	3.332,86	2.763,72	82,9%	3.067,89
Paraná	3.093,91	2.661,13	86,0%	2.902,35
Santa Catarina	3.333,33	2.843,16	85,3%	3.095,00
Rio Grande do Sul	3.194,77	2.834,64	88,7%	3.026,28
Mato Grosso do Sul	3.010,80	2.533,62	84,2%	2.816,60
Mato Grosso	3.200,00	2.637,50	82,4%	3.000,00
Goias	2.803,90	2.369,33	84,5%	2.603,00
Distrito Federal	3.396,67	3.281,08	96,6%	3.350,00
Total	2.891,21	2.549,07	88,2%	2.740,56

Fonte: RAIS / MTE.

RAIS Estabelecimentos

Estabelecimentos Declarantes

A RAIS 2025 registrou um total de 4,8 milhões de estabelecimentos com empregados, representando um aumento de +98.772 estabelecimentos (+2,1%) em relação a 2024.

O grupamento de atividades econômicas com maior expansão de estabelecimentos com empregados foi o de Serviços, que apresentou um acréscimo de +55.008 estabelecimentos (+2,8%), seguido pelo Comércio com +27.206 estabelecimentos (+1,6%), e pela Indústria com +9.232 estabelecimentos (+2,2%).

Tabela 18. Brasil: Quantidade de estabelecimentos por grupamento de atividades econômicas e Seção CNAE 2.0

Grupamento de Atividades Econômicas	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Total	11.768.420	13.186.059	13.481.949	295.890	2,2%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	360.962	363.087	363.459	372	0,1%
Indústria geral	413.581	425.675	434.907	9.232	2,2%
Indústrias de Transformação	386.844	398.398	406.970	8.572	2,2%
Construção	286.887	302.732	309.687	6.955	2,3%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.636.524	1.673.987	1.701.193	27.206	1,6%
Serviços	1.872.036	1.935.360	1.990.368	55.008	2,8%
Transporte, armazenagem e correio	192.388	198.781	203.027	4.246	2,1%
Alojamento e alimentação	316.401	330.997	341.959	10.962	3,3%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	761.162	785.046	806.767	21.721	2,8%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	391.219	403.268	415.787	12.519	3,1%
Outros serviços	210.375	216.756	222.259	5.503	2,5%

Fonte: RAIS / MTE.

Estabelecimentos Declarantes por Número de Empregados

Em 2025, entre os estabelecimentos com empregados, destacam-se aqueles com 1 a 4 empregados, totalizando 2,7 milhões (+56,7% do total), um aumento de 69,7 mil em relação a 2024 (+2,6%).

Em termos percentuais, as maiores variações positivas foram observadas nos estabelecimentos com 1000 ou mais empregados (+487 estabelecimentos, +9,2%) e com 500 a 999 empregados (+272 estabelecimentos, +4,1%).

É importante destacar que, em 2025, aproximadamente 66.831 estabelecimentos tinham mais de 100 empregados, um aumento absoluto (+2.277 estabelecimentos) em relação ao ano anterior.

Tabela 19. Brasil: Quantidade de Estabelecimentos Declarantes segundo Tamanho do Estabelecimento (Apenas com vínculo)

Tamanho do Estabelecimento*	2023	2024	2025	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
0 empregados	528.086	555.508	562.262	6.754	1,2%
De 1 a 4 empregados	2.590.519	2.667.695	2.737.481	69.786	2,6%
De 5 a 9 empregados	702.305	709.535	716.808	7.273	1,0%
De 10 a 19 empregados	395.941	404.587	409.651	5.064	1,3%
De 20 a 49 empregados	222.091	227.846	233.062	5.216	2,3%
De 50 a 99 empregados	68.544	71.135	73.537	2.402	3,4%
De 100 a 249 empregados	37.696	39.153	40.130	977	2,5%
De 250 a 499 empregados	13.173	13.476	14.017	541	4,0%
De 500 a 999 empregados	6.459	6.610	6.882	272	4,1%
1000 ou mais empregados	5.198	5.315	5.802	487	9,2%
Total	4.570.012	4.700.860	4.799.632	98.772	2,1%

Fonte: RAIS / MTE.

* O tamanho do estabelecimento é determinado com base no número de vínculos ativos em 31 de dezembro.